

VOZES DIVERSAS

DIFERENTES SABERES



SALÃO DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
XXX SIC

15 A 19  
OUTUBRO  
CAMPUS DO VALE



GPDS

Grupo de Pesquisa  
Direito e Sociedade

# REGULAÇÃO OU SEGREGAÇÃO?

*Uma análise das políticas regulatórias do comércio ambulante para os imigrantes senegaleses em Porto Alegre*

VALENTINA FONSECA DA LUZ

valentinafonseca.fl@gmail.com

ORIENTADOR:

Lucas Pizzolatto Konzen

## OBJETIVO

O propósito deste trabalho é apresentar e analisar criticamente as políticas municipais de regulação do comércio de rua pela prefeitura de Porto Alegre, em relação aos imigrantes senegaleses. A pesquisa leva em consideração ações regulatórias como a Feira Seja Legal (2017) e o Movimento Legalidade (2017/2018), a partir dos quais, questiona:

*Quais os impactos das políticas de regulação do comércio ambulante para os imigrantes senegaleses em Porto Alegre?*

## HIPÓTESE

A hipótese central é de que as políticas regulatórias não agem no âmago da dificuldade de inserção do imigrante senegalês ao espaço urbano, e, ainda, permitem disfunções como o afastamento dessa população do centro. Assim, a regulação agiria como mecanismo de controle estatal do comércio de rua em sua forma e espaço, atendendo a interesses econômicos do comércio formal.

## METODOLOGIA

Partindo do aporte teórico de Milton Santos, desenvolve-se uma pesquisa empírica qualitativa envolvendo estudo de campo - diante da participação em comissões sobre o tema - e realização de entrevistas. Os questionários foram aplicados de modo semiestruturado, diferenciando-se entre os três principais grupos sociais envolvidos no comércio ambulante, quais sejam: o comércio fixo, representado pela Fecomércio; o poder público, caracterizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico; e os imigrantes senegaleses que atuam na venda ambulante.

## DESENVOLVIMENTO

Utilizando-se a *Teoria dos Circuitos*, de Santos, observa-se a interferência do comércio regular sobre o ente estatal na aplicação de normas que atuam sobre as práticas sociais dos circuitos inferiores do espaço urbano. Neste sentido, ao deixar-se influenciar pela pressão econômica na elaboração de políticas públicas, o Estado funciona como mantenedor das hierarquias do espaço urbano, resguardando, no caso de Porto Alegre, regiões como o centro para o circuito superior. Assim, a realização de entrevistas com os atores sociais envolvidos nesta regulação permite que se analisem os interesses destes grupos diante das políticas regulatórias, e, ainda, torna perceptível a dimensão destas ações sob a ótica dos próprios imigrantes afetados.



## RESULTADOS PRELIMINARES

A partir das informações apreendidas até a fase atual do estudo, verifica-se a dificuldade do poder público na regulação da venda ambulante quando ligada especificamente à população senegalesa. A aplicação de um sistema normativo que deixa de observar as barreiras próprias deste grupo e aposta em políticas de punição, afastamento do centro e inserção forçada no mercado formal, parece afastá-los ainda mais de qualquer possibilidade de regularização do trabalho. Ademais, não raras vezes, assim como ocorreu em outras metrópoles latino americanas, estas ações regulatórias trazem consigo um discurso justificador de “limpeza” da cidade dos comportamentos indesejados, deixando de reconhecer, no entanto, as necessidades econômicas de certas camadas sociais, como os imigrantes senegaleses.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- KONZEN, Lucas Pizzolatto. Spatializing Social and Legal Norms: Street Vending Regulation in Acapulco, Mexico. Social and Legal Norms, Ashgate, 2013.
- SANTOS, Milton. O Espaço Dividido. EDUSP, 2ª Edição. São Paulo, 2004.
- VARGAS, Ana Maria, Outside the Law: An Ethnographic Study of Street Vendors in Bogotá. Lund Studies in Sociology of Law, 2016.